



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2009/2012

OF. GAB. Nº 019

Guaíba, 09 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, remetemos para apreciação dessa Casa Legislativa o "**Projeto de Lei nº 007/2012**" que "**Acrescenta cargo no quadro de pessoal permanente do Município**", acompanhado da presente Justificativa.

Sendo o que tínhamos para o momento e contando sempre com o apoio dessa Casa Legislativa, despedimo-nos,

Atenciosamente.

  
**HENRIQUE TAVARES**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
**Ver. LUIS VARGAS,**  
M. D. Presidente da Câmara Municipal,  
Guaíba/RS

RECEBIDO 10/Jan/2012 13:27 004897 2/2



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2009/2012

Exposição de Motivos  
**Projeto de Lei nº 007/2012**

**Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores:**

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Augusta Casa, o incluso **Projeto de Lei nº 007/2012**, que "**Acrescenta cargo no quadro de pessoal permanente do Município**", acompanhado da presente Justificativa.

A autorização legislativa requerida está amparada no art.37, incisos II e V da Constituição Federal e nos artigos 20 e 32 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, bem como na Emenda Constitucional Estadual nº 12/1995, que decorre da necessidade da Secretaria de Turismo, Desporto e Cultura do Município em ter uma assessoria superior direta, de forma a subsidiar as tomadas de decisões da secretaria.

Com a alteração pretendida, ao criar o cargo de Assessoramento Especial, estará o Poder Executivo oportunizando suprir as necessidades de um assessoramento superior de confiança junto a Secretária de Turismo, Desporto e Cultura, com nível superior, eis que a demanda de serviço cresce a cada dia e que ao agir nas atribuições precípuas assumidas por seu cargo, faz com que todo o serviço de assessoramento seja de suma importância à transmissão das diretrizes políticas para a execução administrativa.

É notório que a função assumida pelo Assessor ao emitir pareceres nas mais diversas causas submetidas à sua intervenção, diz exatamente à tarefa que exige confiança do membro da instituição em seu assessor, bem como deve ser utilizado para funções estratégicas da Administração Pública, de coordenação, direção e assessoramento superior, de modo que o Poder Público possa agir no cumprimento de suas finalidades, sem desvio das metas e padrões estabelecidos pelos Agentes Políticos incumbidos da escolha dos comissionados.





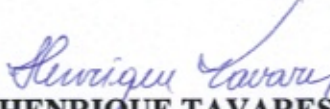
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2009/2012

São, na verdade, verdadeiros representantes dos agentes políticos, que, subordinados às diretrizes e ordens dadas por estes, ficam incumbidos de dirigir a máquina administrativa e os demais funcionários.

Assim, o presente Projeto de Lei ao acrescentar o Cargo de Assessor Superior I, estará atendendo às necessidades precípuas da Administração Pública, ao atender as necessidades da Secretaria de Turismo, Desporto e Cultura, atendendo aos Princípios da Legalidade, Supremacia do Interesse Público e Eficiência, que devem ser seguidos pelos diversos entes da Administração Pública.

Sendo o que se apresentava para o momento e contando sempre com o apoio dessa Casa Legislativa, na apreciação e votação de projetos legislativos, despedimo-nos, renovando a Vossa Excelência e seus dignos pares, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2012.

  
**HENRIQUE TAVARES**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2009/2012

## **PROJETO DE LEI Nº 007, DE 06 DE JANEIRO DE 2012**

Acrescenta cargo no quadro de  
pessoal permanente do Município

**Art. 1º** O Quadro Permanente de Cargos, previsto no art. 13, da Lei Municipal nº 2.586, de 20 de abril de 2010, passa a ser acrescido de 01(um) cargo de Assessor Superior I.

Parágrafo único. As atribuições, condições de trabalho e requisitos para o provimento do cargo acima acrescido, consta do Anexo I desta Lei.

**Art.2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, em 09 de janeiro de 2012.

**HENRIQUE TAVARES**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2009/2012

**ANEXO I**

**CARGO: ASSESSOR SUPERIOR I**

**PADRÃO: CC 5/FG 5**

Síntese dos deveres: Assessorar, sob supervisão, os Secretários Municipais nas questões técnicas, emitindo pareceres e opinando em assuntos atinentes à área de atuação, de forma a subsidiar as tomadas de decisões pelos mesmos.

Descrição das atividades:

Prestar assessoria aos órgãos de execução do Poder Executivo Municipal em assuntos atinentes à área de atuação, como por exemplo, defesa do patrimônio histórico-cultural, estudar assuntos legais de ordem geral ou específica, a fim de assessorar, através de pareceres e opiniões, na solução de problemas e tomada de decisões dos Secretários Municipais; assessorar tecnicamente e institucionalmente a sua Secretaria provendo-a de informações necessárias para o desenvolvimento de ações e projetos; assessorar os Secretários Municipais, em relação a possíveis decisões que pretendam tomar, bem como suas consequências, que envolvem a consecução de atos necessários para colocar em prática o Plano de Governo previsto pelo Administrador Público; opinar sobre as matérias que serão submetidas à apreciação da Câmara de Vereadores local; prestar subsídios necessários às tomadas de decisão das Chefias e desempenhar outras atividades correlatas às atividades de assessoramento.

Condições de Trabalho: Carga Horária: 30 horas semanais.

O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

Requisitos para Provimento: Instrução: Bacharel em Direito e/ou Administração de Empresas e/ou Ciências Contábeis

Idade Mínima: 18 anos.

Forma de Contratação: Cargo em Comissão.